



Sempre vivas

LUTA DAS MULHERES
EM TEMPOS DE PANDEMIA

I – O evento Sempre Vivas

II – Relatório do seminário virtual “Mulheres na luta: novos desafios trazidos pela pandemia e perspectivas”

III – Sugestões de encaminhamentos decorrentes do seminário virtual

I – O evento Sempre Vivas

O Sempre Vivas foi idealizado para marcar a celebração do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. O evento, que mantém essa marca desde 2019, tem sido construído no âmbito da ALMG anualmente e de maneira coletiva. Em 2021, o Sempre Vivas contou com a participação de 55 entidades e foi realizado integralmente de forma virtual, em razão da pandemia de Covid-19, nos dias 8, 12 e 15 de março. Além do lançamento do edital Minas Arte em Casa – Mulher no Plural: múltiplas perspectivas –, que selecionará 60 imagens de fotografias mineiras profissionais e amadoras para compor uma mostra virtual promovida pela ALMG, e da veiculação de *podcast* e vídeos homenageando lideranças femininas que fizeram a diferença na pandemia, compuseram a programação¹ do evento:

- *live* de abertura, realizada em 8 de março – Mulheres contam como enfrentam a pandemia –, com a presença das convidadas: Patrícia Habkoux, promotora de Justiça, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – CAOVD – do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e integrante da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica contra a Mulher – Copevid; Bruna Camilo, cientista política, doutoranda em Ciências Sociais pela PUC Minas e membra da Marcha Mundial das Mulheres e da Associação Visibilidade Feminina; Bárbara Ravenna, cientista política, comunista e defensora das causas sociais, presidente do Conselho Estadual da Mulher – CEM-MG – e da União Brasileira de Mulheres de Minas Gerais – UBM-MG; Maíra Colares, secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, mestre em Administração Pública e especialista em Gestão Pública pela Fundação João Pinheiro;
- seminário virtual, realizado em 12 de março pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da ALMG, com o tema “Mulheres na luta: novos desafios trazidos pela pandemia e perspectivas”, formatado em quatro painéis (Enfrentamento da Violência, Autonomia Econômica, Saúde e Educação) e detalhado no item II, a seguir;
- *live* de encerramento, realizada em 15 de março – Um olhar sobre o futuro: o que as mulheres pensam para o pós-pandemia –, com a presença das convidadas: Jô Moraes, membra da Comissão Política Nacional do PCdoB, atua na Coordenação do Fórum Nacional do PCdoB sobre a Emancipação da Mulher, exerceu mandatos parlamentares pelo PCdoB como deputada federal (2007 a 2019), deputada estadual (2003 a 2007) e vereadora em Belo Horizonte (1997 a 2003); Luci Lobato, especializada em História da África e cultura afro-brasileira pela UFMG, com atuação na diretoria colegiada do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Belo Horizonte – Sind-Rede BH

1 Disponível na página do evento Sempre Vivas: <https://www.almg.gov.br/acompanhe/eventos/hotsites/2021/mulheres-desafios-pandemia/index.html?albPos=1&aba=js_entenda-o-evento>. Consulta em: 23 mar. 2021.

– e coordenadora do Bloco Oficina Tambolelê; Marília Campos, prefeita de Contagem, deputada estadual por três legislaturas (15ª, 18ª e 19ª), presidenta da Comissão Extraordinária das Mulheres da ALMG na 18ª Legislatura, que se tornou, em caráter permanente, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da qual foi integrante, e presidiu ainda a Comissão de Participação Popular (2015 e 2016); Cida Falabella, covereadora da Gabinetona BH – PSOL, atriz e diretora de teatro e mestre em Artes pela UFMG.

II – Relatório do seminário virtual “Mulheres na luta: novos desafios trazidos pela pandemia e perspectivas”

O seminário virtual foi iniciado pelo presidente da ALMG, deputado Agostinho Patrus, que compôs a Mesa de abertura junto com as deputadas Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, Andréia de Jesus, vice-presidenta da comissão, Laura Serrano e Ione Pinheiro, o deputado Zé Reis e as seguintes convidadas: a desembargadora Sandra Fonseca, representando o presidente do TJMG, a promotora Patrícia Habkoug, representando o procurador-geral de Justiça do Estado, e a defensora pública Raquel Gomes de Souza, representando o defensor público-geral do Estado.

Painel 1 – Enfrentamento da Violência

Mediadora: deputada Andréia de Jesus

A **deputada Andréia de Jesus** falou da importância da presença de mais mulheres na Casa e comemorou o aumento do número de leis – e projetos de lei – sobre mulheres, que versam sobre as políticas necessárias para o fortalecimento desse público, como as destinadas a acesso à renda, moradia, combate à violência, dignidade no atendimento nas delegacias. Contudo, muitas dessas leis ainda não foram implementadas. Lamentou a falta de investimento do Estado nas políticas públicas voltadas para as mulheres, inclusive sem aplicação das verbas destinadas pelas emendas parlamentares.

Destacou a necessidade e a importância de ouvir todas as mulheres, de todas as raças e de todos os lugares: ouvir as mulheres silenciadas pelo crime da Vale em Brumadinho; as enfermeiras; as mulheres que estiveram no porão do João XXIII; as que são ameaçadas por grileiros em seus territórios. A deputada deplorou o alto índice de violência contra as mulheres, em especial contra as mulheres negras, bem como a falta de registro de dados relacionados a estas. De acordo com a deputada, a pandemia revelou uma realidade já conhecida, mas que não era dita, a de que a casa não é um lugar seguro para muitas mulheres. Por fim, comemorou a publicação do edital Minas Arte em Casa e explicou seu objetivo.

Dani Nunes, turismóloga, atleta amadora, antirracista, ativista LGBTQIA+ e defensora dos direitos humanos.

Ressaltou a importância do debate e a necessidade de dar visibilidade a pessoas como ela, trans, ativista, negra, que conseguiu sair da trajetória padrão desse público, conseguiu se desvencilhar da prostituição e da marginalidade e não foi expulsa de casa, fato que ocorre com a maioria das crianças e adolescentes quando começam a aparecer os traços, os fenótipos específicos. Agradeceu a oportunidade de fazer parte do evento e de desmistificar crenças sobre as pessoas transexuais.

Lamentou a falta de oportunidades para esse público, que não consegue emprego porque sempre se exige experiência. Mas como alguém que não tem oportunidade pode adquirir experiência? Lamentou, ainda, que essas pessoas não permaneçam na escola porque são rejeitadas pela sociedade e fiquem na rua por falta de opção. Deplorou que a expectativa de vida de uma pessoa transexual seja de 35 anos. Frisou que são necessários pequenos movimentos, de todas as pessoas, para mudar essa realidade. Para ela, é importante que as pessoas e as empresas se conscientizem e se dediquem a ensinar e a treinar essa população para o trabalho. Ressaltou que não é só paulada, pedrada e bala que mata essa população, a omissão também mata, e, por isso, há necessidade de mais atitude dos aliados: “as pessoas devem sair da inércia”. Deve-se pensar em políticas específicas para esse público.

Dani Nunes apresentou dados do relatório da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra: 70% da população trans não conseguiu acesso ao auxílio emergencial; 75% da população brasileira não tem nenhum tipo de contato com pessoas trans e 83% das mulheres que estão na prostituição são transexuais e negras.

Salientou que a população trans não espera aceitação, mas pede respeito, e que a dignidade da pessoa humana, prevista na Constituição Federal de 1988, seja para todos. Para ela, o Brasil precisa mudar o título de País que mais mata, que menos emprega mulheres transexuais, para o de País que mais emprega, que mais inclui, que conseguiu reduzir o número de suicídios nessa população.

Ressaltou que muitas pessoas não querem nenhum tipo de relação social, de amizade, com pessoas trans e pontuou que não se pode sentir empatia pelo que não se conhece. Frisou que as mulheres transexuais conseguem falar de outros temas, mas falta oportunidade de se expressarem e, por isso, deve-se combater o tema da pauta única.

Dani Nunes destacou a importância de marcar o mês de março como a luta pela sobrevivência de todas as mulheres. É necessário lutar por vacina, emprego e dignidade para todas. Frisou, por fim, que continua na luta por todas, tanto pelas que já foram, quanto pelas que virão, para que possam sofrer menos, e pediu que todos se conscientizem da importância da vida de todas as mulheres, para que elas possam ter uma vida feliz, digna, com respeito e trabalho.

Samantha Vilarinho Mello Alves, defensora pública do Estado na Defensoria Pública Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudem.

Falou sobre o que representa ser mulher defensora pública: “é lutar contra o sistema que oprime as pessoas vulnerabilizadas buscando dar a elas voz e emancipação; aliado a isso, conseguir se manter firme e sã em um mundo que invisibiliza as discriminações de gênero e torna a atividade realizada pela mulher defensora mais penosa que a do homem defensor”.

Citou as oito comarcas do Estado com atuação especializada na defesa dos direitos das mulheres: Belo Horizonte, Contagem, Itajubá, Juiz de Fora, Varginha, Montes Claros, Uberlândia e Passos. Explicou que a Defensoria Pública atua sob dois prismas. Um é a atuação judicial, nos expedientes apartados para o deferimento de medidas protetivas de urgência, que são os processos cíveis que tramitam nas unidades de violência contra a mulher. Nesse âmbito, realiza o acompanhamento de medidas protetivas, relatando descumprimento e requerendo agravamento; atua em todas as fases processuais no processo comum, fazendo audiências, se necessário; pode, ainda, fazer petições iniciais de ações de família, como guarda, partilha de bens, alimentos e recursos. O objetivo principal desses processos é garantir uma chance para que a mulher consiga independência e autonomia econômica para recomeçar a vida.

O outro prisma é a atuação extrajudicial, na qual a Defensoria Pública presta orientação jurídica em todos os ramos do direito para todas as mulheres que procuram ajuda por estarem sofrendo algum tipo de violência de gênero; faz acolhimento psicossocial, se necessário; promove educação em direitos – grande enfoque das ações para o combate à violência.

Segundo ela, a violência contra a mulher e o feminicídio aumentam a cada dia, especialmente em relação às mulheres negras e pardas, que foram as mais atingidas com a pandemia. Defendeu que o direito penal não é a solução para os males da violência doméstica: a repressão é importante, mas não é a solução. Para ela, sem atuação preventiva com educação em direitos, tanto para mulheres quanto para homens, para que identifiquem a masculinidade tóxica, os índices vão continuar subindo. Destacou que a realidade precisa ser modificada, desconstruída, descolonizada. Deve-se criar políticas públicas para combater todas as violências, inclusive a violência institucional.

Como exemplo de violência institucional citou a não implementação do juizado de competência híbrida de violência contra a mulher, como previsto na Lei Maria da Penha, que estabelece que toda matéria jurídica referente à violência contra a mulher deve ser processada e julgada perante o mesmo juízo. Frisou que essa disposição da lei não é cumprida em sua totalidade e que profissionais que não têm formação em gênero não terão olhar especializado no atendimento de mulheres vítimas de violência, agravando o fenômeno da revitimização. E isso é violência institucional.

Salientou que, no período de 16/3/2020 a 12/3/2021, o Nudem realizou mais de 9 mil atendimentos e que a pandemia potencializou a violência contra as mulheres. De acordo com ela, a virilidade laborativa do homem, perdida na pandemia pela falta de emprego, é descontada nas mulheres em forma de violência.

Informou que em virtude da pandemia o atendimento da Defensoria Pública passou a ser virtual na maioria dos casos, por meio de ligação telefônica, *e-mail* e *whatsapp*. O atendimento presencial tem sido exclusivo para mulheres sem acesso a telefone e internet. Esses canais de atendimento foram divulgados pelos meios de comunicação, por outras entidades, pelas defensoras populares e pela Rede de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.

Samantha Vilarinho ressaltou algumas atuações coletivas realizadas pelo Nudem-BH durante a pandemia, conforme detalhado a seguir.

- Parceiro do projeto Geração Legal, o órgão elaborou recomendação destinada à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, com vistas a garantir os direitos das mulheres gestantes, puérperas e parturientes, solicitando atenção para 17 itens, tais como: garantia do direito a acompanhante durante o período integral de internação, tratamento digno e não discriminatório às mulheres vulnerabilizadas e manutenção do acompanhamento pré-natal.
- Em maio de 2020, o Nudem-BH acionou a Rede de Enfrentamento da Violência contra a Mulher para elaboração de ofício dirigido à Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – Comsiv – do TJMG, solicitando à presidência do Tribunal que recomendasse aos juízes e juízas da vara de violência doméstica a adoção de medidas para resguardar os direitos das mulheres na pandemia. Pediu-se que, nos casos de violência contra a mulher, não fosse exigido registro da ocorrência para deferimento de medida protetiva, excetuadas as violências física e sexual. Essa recomendação veio antes da Delegacia Virtual, que passou a permitir que esse registro seja feito pela internet. Foi solicitado, também, que a citação/intimação da pessoa agressora, quando não houver ordem de retirada, ocorra de forma eletrônica, por telefone ou *e-mail*, quando esses dados forem conhecidos, e que não haja revogação de medida protetiva de urgência durante a pandemia, a não ser por vontade expressa da mulher.
- Em agosto de 2020, em parceria com a Defensoria Pública Especializada, o órgão assinou recomendação encaminhada à Fiemg, à Fecomércio-MG, à Prefeitura de Belo Horizonte e ao Governo do Estado para a priorização do trabalho remoto, do regime de revezamento, ou mesmo a flexibilização do horário de trabalho presencial dos seus prestadores ou empregados com filhos de até 17 anos, enquanto não houver retorno presencial em escolas e creches, de forma a evitar que crianças e adolescentes fiquem em casa sem representante legal.

- Em setembro de 2020, em conjunto com outros núcleos do País e em articulação com a Comissão de Proteção de Defesa dos Direitos da Mulher do Conselho Nacional dos Defensores Públicos – Condege –, o Nudem-BH ingressou com ação civil pública para que fosse declarada a ilegalidade da Portaria nº 2.282/2020, do Ministério da Saúde, que estabeleceu a necessidade de procedimento de justificação e autorização da interrupção de gravidez nos casos previstos em lei. Essa portaria viola os direitos fundamentais da dignidade, privacidade, intimidade, confidencialidade, sigilo médico, autonomia e autodeterminação, além de impedir que o direito ao acesso à saúde seja efetivamente integral, universal e humanizado para todas as meninas, adolescentes e mulheres vítimas de violência sexual.
- Em fevereiro de 2021, também em conjunto com outros núcleos do País e em articulação com o Condege, o órgão encaminhou ofício para o Ministério da Saúde solicitando a inclusão de gestantes e puérperas no grupo prioritário para vacinação, tendo em vista que elas fazem parte do grupo de risco.

Com relação às perspectivas, **Samantha Vilarinho** declarou que houve, de maneira geral, avaliação favorável dos atendimentos remotos. Como muitas mulheres relataram uma experiência positiva, até por não precisar perder o dia todo aguardando atendimento presencial, esse canal deverá ser mantido, deixando que a mulher escolha entre o atendimento presencial e o remoto.

Constatou que mulheres transexuais não procuram a Defensoria, não sabe se por dificuldade de acesso ou falta de conhecimento. Por fim, reconheceu que o sistema de Justiça tem dificuldade de acolher da melhor forma as mulheres trans, mas ressaltou que a Defensoria tem tentado corrigir essas distorções estruturais.

A **deputada Andréia de Jesus** destacou a importância dos canais de comunicação para prover as mulheres de informações e enfatizou a necessidade de buscar estratégias que não sejam punitivistas, investindo-se na prevenção, como realização de debates nas escolas sobre violência de gênero. Informou que está sendo elaborada uma cartilha, em conjunto com as entidades da comissão organizadora do evento Sempre Vivas, de forma a ampliar a divulgação dos serviços de atendimento destinados às mulheres vítimas de violência.

Respondendo a pergunta encaminhada *online* sobre como, ao longo do ano, prevenir a violência doméstica e como a atuação da Defensoria Pública pode ter maior alcance no interior do Estado, **Samantha Vilarinho** respondeu que há sete comarcas no interior do Estado. Informou que pretendem desenvolver um projeto para que seja definida, pelo Conselho Superior, a atribuição de defesa dos direitos da mulher em todo o Estado. A ideia é que se houver mais de um defensor atuando na comarca, que seja um defensor com atribuição da área cível ou da vara de família o responsável pelo atendimento da mulher em situação de violência. Se houver apenas um, que a prioridade seja o atendimento à mulher. Informou, também, que a Defensoria Pública do Estado está elaborando um protocolo de atendimento à mulher vítima de violência, estabelecendo os requisitos mínimos de atendimento e a estrutura que um Nudem precisa ter para prestar um bom atendimento.

Questionada sobre como resolver a questão da violência doméstica de forma rápida e eficiente, independentemente do contexto de pandemia, já que o direito penal isoladamente não resolve essa questão, **Samantha Vilarinho** salientou que não existe resposta rápida, tendo em vista que estamos inseridos em um sistema patriarcal, que vive a ideologia do machismo. Para ela é necessário trabalhar a educação, a formação continuada para todos. É um processo em que os ensinamentos sobre machismo e racismo estrutural devem ser passados para todos os profissionais que atuam na defesa dos direitos da mulher. Pontuou a necessidade de que primeiro a mulher reconheça que está em situação de violência, para ter coragem de denunciar e, assim, sair do ciclo de violência. Frisou que a violência é um fenômeno estrutural, não individual, e que enquanto não entendermos que machismo, racismo e transfobia são estruturais, não vamos efetivamente tratar o fenômeno da violência contra a mulher.

Por fim, questionada sobre a percepção do aumento da violência contra mulheres que vivem na zona rural do Estado e se há alguma ação na perspectiva do trabalho em rede que crie condições de acesso às Defensorias para mulheres do campo, **Samantha Vilarinho** informou que não tem conhecimento de ações que a Defensoria tem feito no campo, mas sabe que existem algumas manifestações pontuais de algumas Defensorias específicas. Ela acredita que a entrega de trabalho varia de acordo com o interesse do profissional da localidade e reconheceu que a Defensoria Pública tem muito a avançar. Frisou a necessidade de uma educação continuada e a importância de uma política de cotas para os concursos públicos do órgão.

Kíria Orlandi, delegada titular da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – Deam – de Diamantina.

Falou da necessidade de interseccionalidade, de um feminismo que englobe todas as mulheres. Enfatizou a importância do funcionamento das Redes de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres no interior, tendo em vista que muitas vezes as políticas públicas não alcançam essas mulheres. Relatou a dificuldade que a delegacia tem de proteger, minimamente, as mulheres da região, que é pobre. Segundo ela, a delegacia não possui estrutura adequada para atendimento e, muitas vezes, mulheres da zona rural, que é atendida por um único ônibus coletivo que vai até a sede de Diamantina, não têm dinheiro suficiente para a passagem. Enfatizou que atuam entendendo as peculiaridades da realidade local, e, por isso, muitas vezes buscam e levam a mulher para o atendimento na delegacia.

Destacou um importante instrumento publicado em 2020, o Protocolo Nacional de Investigação sobre Femicídio, que prevê que todo homicídio de mulher trans seja investigado como femicídio. Para ela, isso implica reconhecer a violência de gênero, a aplicação de diversas estratégias de investigação de um homicídio comum, e, por esse motivo, há necessidade urgente de implementação desse protocolo.

Kíria Orlandi falou que apesar de inúmeros retrocessos decorrentes da pandemia, um avanço merece ser destacado, que é a possibilidade de a mulher requerer medida protetiva, bem como obter orientação e tirar dúvidas de modo remoto, por meio da Delegacia Virtual. Salientou que receberam poucos pedidos de medida protetiva *online* em Diamantina, mas ela credita esse fato à falta de acesso contínuo à internet e à falta de instrução e orientação para acessar a Delegacia Virtual. Destacou a importância da atuação da Rede de Enfrentamento e dos profissionais de serviços como os Centros de Referência de Assistência Social – Cras – e os Centros de Referência Especializado em Assistência Social – Creas – para ajudar, orientar, divulgar e fazer chegar informações para que mais mulheres consigam alcançar a proteção. Relatou a dificuldade de intimação da pessoa agressora no interior e que isso impede a prisão em flagrante e deixa o processo mais moroso e a mulher em risco contínuo.

Com relação ao acesso às medidas protetivas, informou que houve avanço com a integração, em agosto, dos sistemas do Tribunal de Justiça e da Polícia Civil, mas somente para as medidas protetivas expedidas a partir dessa integração.

Kíria Orlandi enfatizou que a pandemia acelerou o ciclo de progressão da violência e que os índices de feminicídio e de violência grave só aumentam. Frisou a necessidade de se registrar qualquer tipo de violência, especialmente as leves, tendo em vista esse ciclo de progressão. De acordo com ela, feminicídio não é um homicídio comum, é resultado de um processo e que a mera punição do agressor não resolve a situação. Para ela, enquanto não houver ações preventivas e melhoria das condições de atendimento, não haverá proteção efetiva da mulher.

A **deputada Andréia de Jesus** conclamou as entidades envolvidas no atendimento à mulher, como o Tribunal de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública, a buscarem, em conjunto, propostas para agilizar as diligências dos processos, de forma a proteger a mulher de forma mais eficiente. Além disso, ressaltou a necessidade de reduzir as desigualdades sociais e garantir a inclusão digital.

Ao ser questionada sobre quais ações podem ser realizadas para prevenir o feminicídio, especialmente no interior, **Kíria Orlandi** lamentou que as mulheres moradoras da zona rural tenham uma dificuldade maior de acesso, não só às políticas públicas, mas à própria proteção estatal. Pontuou que a vítima muitas vezes não consegue comparecer à sede dos municípios para pedir proteção e, quando consegue, sofre revitimização no atendimento e hostilização pela comunidade. Reiterou, por fim, que a mera punição não resolve a violência doméstica, que os índices de violências graves e de feminicídios só crescem, que a pandemia acelerou a progressão do ciclo de violência no contexto das relações abusivas e salientou ser fundamental a interiorização dos serviços da Defensoria Pública.

Isabela Damasceno, advogada, pesquisadora da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, conselheira do Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos e associada da Indômitas Coletiva Feminista.

Lamentou o crescimento, durante a pandemia, do discurso de ódio sexista na internet, reacionário e contrário à igualdade. Esclareceu que incitar o ódio é menosprezar um grupo ou pessoa. Muitos se sentem invioláveis fazendo postagens com discurso de ódio nas plataformas digitais. Assim, a internet se tornou uma ferramenta efetiva para a difusão desse tipo de discurso, e as mulheres negras e transexuais sofrem ainda mais.

Segundo ela, a pessoa que faz esse tipo de postagem se esconde em um perfil falso para exteriorizar pensamentos que não tem coragem de expor na vida social. Destacou que quanto mais marcador social a mulher tem, maior a discriminação, maior o número de violências a que é submetida e maior o sofrimento com o discurso de ódio. Por outro lado, mulheres em cargos de destaque também são brutalmente atacadas. Lamentou a ausência de agência reguladora de conteúdo digital e explicou que cada plataforma faz seu controle de conteúdo, de acordo com sua visão e suas diretrizes internas.

Isabela Damasceno frisou que não se pode tudo em nome da liberdade de expressão e citou como exemplo um caso concreto no qual uma mulher, confundida com outra, foi morta por pessoas que, baseadas em postagens nas redes sociais, acharam que ela estava sequestrando uma criança para a prática de um ritual de magia negra.

A **deputada Andréia de Jesus** finalizou lamentando o alto índice de violência política nas redes sociais e defendendo a necessidade de se estabelecerem limites nas plataformas digitais.

Painel 2 – Autonomia Econômica

Mediadora: deputada Laura Serrano

A **deputada Laura Serrano** iniciou ressaltando a dimensão da autonomia econômica na vida das mulheres, lembrando como essa condição foi fortemente impactada nesse período da pandemia de Covid-19. Destacou que, segundo dados do Ipea, a participação das mulheres no mercado de trabalho é a menor em 30 anos, sendo que postos ocupados primordialmente por mulheres foram os mais afetados, a exemplo das colocações em educação, assistência social, comércio e serviços. A perda dos empregos, desse modo, impôs a muitas mulheres o retorno para o espaço de suas casas e a dedicação ainda mais restrita aos cuidados com os filhos e aos trabalhos domésticos.

A **deputada Andréia de Jesus** salientou a importância da disseminação de iniciativas no setor privado voltadas para a melhoria das condições de trabalho, emprego e renda das mulheres, bem como para o

enfrentamento da violência de gênero, citando e cumprimentando, então, a rede Magazine Luiza pelas práticas adotadas nesse sentido.

A **deputada Ana Paula Siqueira** acrescentou que a pandemia gerou várias alterações no mundo do trabalho, a exemplo da expansão do *home office*, as quais permanecerão, em grande parte, no pós-pandemia. Essas mudanças, somadas à diminuição do número de postos de trabalho, são fatores que atingem e continuarão a atingir ainda mais fortemente as mulheres. Nesse contexto, considerou fundamental a atuação do Poder Legislativo tanto no que se refere ao aprimoramento da legislação, quanto à fiscalização das políticas públicas inerentes à empregabilidade e à autonomia econômica das mulheres, condições imprescindíveis, inclusive, para o rompimento do ciclo da violência doméstica e familiar. Indicou como medida importante a ser adotada a regulamentação da Lei nº 23.680, de 2020, que trata da criação de banco de empregos para mulheres vítimas de violência², e a implementação dessa ferramenta em todas as regiões do Estado.

Elaine Bezerra, jornalista, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp – e membro da Marcha Mundial das Mulheres.

Começou sua apresentação frisando a intrínseca disparidade da sociedade brasileira, que se estrutura no poder patriarcal e no racismo estrutural, e tendo como mecanismo fundamental a repartição ou a organização desigual do trabalho entre homens e mulheres. Avaliou que a sociedade, ao constituir uma divisão sexual e uma hierarquização do trabalho, valoriza a atividade tida como pública e produtiva, realizada pelos homens, e desvaloriza e invisibiliza, por outro lado, a gama de trabalhos sob responsabilidade quase que exclusiva das mulheres, como as atividades domésticas e aquelas relacionadas à educação, à saúde e ao cuidado, por exemplo. Essas funções, pontuou, não são percebidas ou consideradas como trabalhos e, mesmo quando realizadas de forma remunerada, continuam menos valorizadas e pior remuneradas.

Citou informações decorrentes de pesquisa do IBGE, de 2019, a qual indicou que o casamento libera os homens do trabalho doméstico. De acordo com a pesquisa, 92% dos homens solteiros declararam realizar trabalhos domésticos; no entanto, esse percentual caiu para 58,4% quando os homens casados foram perguntados. Quanto às mulheres, a proporção praticamente não muda: 97,1% das solteiras e 97,6% das casadas declararam realizar trabalhos domésticos. As mulheres continuam acumulando as jornadas de trabalho, o que as impacta sobremaneira em contextos normais e exponencialmente neste momento da pandemia.

2 A Lei nº 23.680, de 2020, acrescenta inciso ao art. 4º da Lei nº 22.256, de 2016 (que institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado), com vistas à criação de banco de empregos para mulheres vítimas de violência, com a participação de entidades e órgãos públicos estaduais, federais e municipais e o estabelecimento de parcerias com o setor privado, observadas a vocação profissional da beneficiária e a busca de padrões remuneratórios compatíveis com os praticados no mercado de trabalho.

Falando sobre autonomia econômica, **Elaine Bezerra** relacionou esse conceito à capacidade das mulheres de serem provedoras do seu próprio sustento, bem como das pessoas que delas dependem, e de decidirem qual é a melhor forma de fazê-lo. Portanto, não se trata somente da autonomia financeira. A autonomia econômica inclui, por exemplo, o acesso à previdência e serviços públicos, e extrapola a ideia da igualdade de oportunidades de emprego, correlacionando-se, na verdade, com a possibilidade das mulheres romperem com o mecanismo da divisão sexual e da exploração do trabalho.

A expositora registrou, ainda, que a crise sanitária, somada à crise econômica observada desde, pelo menos, o ano de 2013, pioraram drasticamente as condições de vida das mulheres. Baseando-se em estudos e análises realizadas por instituições no País e no mundo no último ano, apontou algumas constatações, como:

- o crescimento do desemprego e a piora nas condições de acesso à renda, com a consequente ampliação da pobreza – 50% da população mundial está em casa, seja pelo desemprego, seja pela intensificação do trabalho remoto;
- o maior desemprego entre as mulheres (sendo que 58% das mulheres desempregadas são negras);
- o aumento dos trabalhos domésticos e de cuidado – 50% das mulheres afirmaram que passaram a cuidar de alguém durante a pandemia (sendo que 52% dessas mulheres são negras).

Elaine Bezerra ressaltou ainda o atual momento de generalização e precarização do *home office*, que tem implicado a baixa remuneração ou a diminuição dos rendimentos. Além disso, essa modalidade tem imposto às mulheres uma jornada ininterrupta de trabalho, já que elas acumulam diária e continuamente as atividades inerentes ao trabalho externo e doméstico. Esses fatores têm visivelmente gerado exaustão e graves prejuízos à saúde das mulheres e contribuído para o recrudescimento da violência familiar. A expositora reiterou, então, a relevância da autonomia econômica como condição para o rompimento da violência contra a mulher.

Atestou que, no mundo, 75% do trabalho de cuidado não remunerado é realizado pelas mulheres, o que equivale a cerca de 10,8 trilhões de dólares ou três vezes mais que o PIB gerado pela indústria de tecnologia. No Brasil, 90% do trabalho de cuidado é realizado no interior das famílias, sendo que 85% desse trabalho é executado por mulheres. Ressaltou, nesse sentido, que a pandemia tanto agravou quanto escancarou o contexto de invisibilidade dos trabalhos exercidos pelas mulheres.

Por outro lado, a pandemia demonstrou, no cenário mundial, que as mulheres estão no centro de sustentabilidade da vida, em todos os seus aspectos. Elas estão na linha de frente da luta contra a pandemia, realizando funções essenciais à sobrevivência humana e constituindo redes para a subsistência nesses momentos de crise. A expositora lembrou que a solidariedade é uma prática que faz parte da vida das mulheres, tanto que são elas as protagonistas de iniciativas solidárias nas periferias, nas áreas rurais e

nos territórios mais devastados pela crise sanitária. Assim, historicamente, as mulheres precisam constituir redes, inclusive para mitigar os efeitos da divisão sexual do trabalho. Essa solidariedade, no entanto, não tem como perspectiva amenizar conflitos ou naturalizar o trabalho doméstico, mas sim criar alternativas para o enfrentamento das condições impostas às mulheres, inclusive quanto à autonomia econômica. Lembrou que campanhas de solidariedade criadas em razão da pandemia possibilitaram, também, geração de renda coletiva para mulheres, citando, como exemplos, experiências de cooperativas de economia solidária estabelecidas em São Paulo, Paraíba (com a produção de sabão) e Pernambuco (com atividades de costura).

Finalizando, **Elaine Bezerra** frisou a necessidade da continuidade do auxílio emergencial e do pleno acesso da população às vacinas, mas também salientou a importância de implementarem-se estratégias de geração de renda para as mulheres, a partir da atuação nos seus territórios, e de seguir pautando as políticas para a socialização do cuidado – pensando, portanto, essa atividade fora da perspectiva da exploração do trabalho feminino –, com constante foco na sustentabilidade econômica das mulheres.

Em seguida, a **deputada Laura Serrano** contribuiu com o debate destacando alguns pontos da apresentação. Reiterou que a repartição das funções domésticas é condição essencial para que as mulheres exerçam plenamente seus vários papéis na sociedade e ratificou que a autonomia econômica é elemento fundamental para a liberdade das mulheres e, portanto, para o rompimento de ciclos de violência. Por fim, sobre a citação da expositora, de que as mulheres estão no centro de sustentabilidade da vida, considerou importante o desenvolvimento de iniciativas para a destinação de crédito às mulheres, observando que evidências empíricas demonstram que elas aplicam ou investem os recursos de forma mais profícua para a sociedade, como um todo.

Eliane Aparecida Fernandes Souto Silva, presidente do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas e coordenadora regional de mulheres trabalhadoras rurais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais – Fetaemg.

Abordou a situação das mulheres do campo. Lembrou que prevalece um sistema conservador em muitas comunidades rurais, onde, em regra, o trabalho do homem é reconhecido como de maior valor que o da mulher. Pontuou, também, que a autonomia econômica das mulheres é uma condição para que elas efetuem livremente suas escolhas de vida.

Frisou que as mulheres do campo se dividem entre os cuidados com a casa e os filhos, as atividades de produção nos quintais e a criação de pequenos animais, geralmente para o consumo familiar. No entanto, mesmo quando o excedente desses produtos é comercializado – gerando renda, inclusive –, esse trabalho não é percebido como produção, característica reconhecida somente em relação ao trabalho masculino.

Mencionou a experiência da utilização das cadernetas agroecológicas, relatando que mulheres agricultoras, ao registrarem tudo que era produzido, consumido, doado e comercializado, observaram que, muitas das vezes, a renda final mensal delas ultrapassava a dos homens. As cadernetas propiciaram, assim, a visibilidade do trabalho, da produção feminina. Também falou sobre iniciativas de criação de grupos de mulheres que têm se organizado para produção agroecológica de alimentos saudáveis e plantas medicinais, com foco na melhoria das condições de saúde das famílias.

Eliane Souto Silva reafirmou que a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na vida e no trabalho é condição para a mitigação da pobreza. A autonomia econômica das mulheres, por sua vez, implica a superação das desigualdades em relação aos homens. E, para essa autonomia, avaliou que é necessário destinar às mulheres do campo políticas públicas que tragam condições e estrutura, garantindo-se o acesso ao crédito diferenciado para melhor investir na produção de alimentos.

Lembrou, ainda, que a pandemia tem prejudicado a participação nas feiras agroecológicas e culturais, dificultando a comercialização dos produtos e o acesso à renda, fatores que concorrem até mesmo para o aumento da violência familiar. Também destacou a necessidade do acesso a creches e à educação de boa qualidade, que contemple questões como a autonomia econômica e o enfrentamento da violência, para as crianças nas áreas rurais. Comentou, ao final, sobre a importância do maior ingresso das mulheres nos espaços de poder, inclusive nos cargos político-partidários.

Ao comentar, a **deputada Laura Serrano** concordou com a demanda de creches no meio rural e enalteceu a iniciativa relativa à gestão da produção pelas mulheres agricultoras, por meio da caderneta agroecológica. Reiterou a relevância do acesso das mulheres ao crédito, como forma de estimular os negócios e o empreendedorismo feminino tanto no meio rural quanto urbano. Também defendeu a participação das mulheres na política, enfatizando que a atuação de mulheres traz resultados muito positivos não somente para a produção legislativa inerente, mas também para a discussão das peças orçamentárias e a aplicação dos recursos públicos em políticas prioritárias.

Laurana Silva Viana, administradora de empresas, pós-graduada em Economia Solidária e especialista em Diversidade.

Iniciou firmando a importância da melhoria do ambiente social, econômico e legal para todas as mulheres, especialmente as mais invisibilizadas – lembrando as mulheres trans.

Abordou a autonomia econômica como um aspecto preventivo a situações de violência ou à permanência de mulheres em relacionamentos abusivos. Frisou que, no atual cenário de crise econômica mundial, a mulher é a mais afetada com demissões e reduções salariais, já que a base do trabalho feminino, além das atividades domésticas, são funções em postos comerciais e de serviços, claramente mais atingidos durante

a pandemia. Acrescentou que muitas empresas dão preferência à contratação de homens, por considerarem que as mulheres “representam mais custos”, seja pelo direito ao afastamento por licença maternidade, seja por já serem mães: a empresa pensa em falhas ou faltas em relação às mães em razão do acompanhamento dos filhos, mas não em relação aos pais.

Nesse cenário, principalmente as mulheres têm buscado o trabalho informal como alternativa de renda. Ao abordar o empreendedorismo feminino, **Laurana Viana** citou dados da pesquisa GEM (Global Entrepreneurship Monitor), de 2019, que demonstrou que os homens eram mais ativos em relação a negócios já consolidados, sendo que a taxa de empreendedoras neste mercado de empresas consolidadas foi cerca de 4,5% menor. Assim, apesar de a taxa entre homens e mulheres em negócios em estágio inicial ser praticamente equivalente, isso não ocorre em relação a negócios já consolidados. A expositora explicou que há, pelo menos, duas razões para esse fato. A primeira é que as mulheres, no passado recente e especialmente durante a pandemia, empreenderam por necessidade (de complementação ou manutenção integral da renda familiar) e abandonaram a atividade empreendedora no momento em que verificaram alguma melhora na renda familiar. Observou, então, ser importante atuar para que as mulheres entendam a atividade empreendedora como uma possibilidade a longo prazo, de forma a consolidarem-se no mercado. A segunda relaciona-se mesmo com aspectos socioculturais e com o maior envolvimento das mulheres no trabalho doméstico.

Reiterou que a autonomia econômica é um pilar que permite às mulheres decidirem, de fato, sobre o rumo de suas vidas, procedendo a livres escolhas. Desse modo, essa autonomia é condição para o enfrentamento da violência doméstica, mas também deve ser vista como um elemento capaz de evitar que a mulher seja inserida num relacionamento abusivo.

Falando sobre possíveis soluções, **Laurana Viana** destacou como ações relevantes: o estímulo à formalização do trabalho; a melhoria do ambiente legal no âmbito dos municípios para estimular essa formalização, principalmente em comunidades de baixa renda e de áreas rurais, mais afetadas pela pandemia; o desenvolvimento de programas de educação financeira, especialmente voltados para mulheres de baixa renda; e a capacitação técnica em atividades de produção e de gestão de negócios.

Ao final, lembrou o 5º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável para 2030, da ONU: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Destacou, entre as recomendações inerentes a esse objetivo, a de “realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais”. Considerou, nessa perspectiva, que o incentivo ao empreendedorismo feminino pode ser uma ferramenta para a implementação desse objetivo, ressaltando ser imprescindível o acesso ao crédito, com condições mais facilitadas para os empréstimos, por exemplo.

A **deputada Laura Serrano**, refletindo sobre a dificuldade de acesso das mulheres gestantes e mães ao mercado de trabalho, concordou tratar-se de um problema real. Considerou importante, também quanto a esse aspecto, a ampliação do número de mulheres nos postos de chefia, seja nas empresas privadas e nos negócios de maneira geral, seja no poder público e na política. Reforçou a importância do incentivo ao empreendedorismo feminino e reiterou o entendimento de que é fundamental a capacitação das mulheres em gestão, independentemente da área de atuação, como forma de incrementar a capacidade de geração de renda e o sucesso nos negócios.

Em seguida, passou-se à exibição do vídeo com a manifestação da empresária **Luiza Trajano**, presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza e presidente do Grupo Mulheres do Brasil, também convidada pela comissão organizadora para participação no evento, e à apresentação de questionamentos encaminhados às expositoras de forma *online*.

Elaine Bezerra, respondendo a pergunta – sobre quais marcas o cenário pandêmico deixará nas mulheres, especialmente diante das múltiplas tarefas desempenhadas –, indicou o recrudescimento da violência contra as mulheres como uma consequência visível. Além disso, os danos à saúde física e psíquica das mulheres apresentam-se como consequência imediata que também será percebida no pós-pandemia. Considerou também uma consequência provável a precarização e o rebaixamento das condições de trabalho, ainda mais bruscamente, para as mulheres.

A **deputada Laura Serrano** respondendo a indagação relacionada ao desenvolvimento do empreendedorismo das mulheres, ratificou a relevância da facilitação do acesso ao crédito às mulheres, avaliando que essa visão diferenciada pode contribuir efetivamente para a potencialização dos negócios de maneira geral. Para concluir os trabalhos e encerrando o painel, a deputada registrou os seguintes dados:

- 7 milhões de mulheres deixaram o mercado de trabalho na segunda quinzena de março, logo no começo da pandemia em 2020 (segundo a PNAD Contínua);
- no emprego formal, enquanto 230,2 mil vagas foram ocupadas por homens em 2020, as mulheres perderam 87,6 mil postos criados no mesmo período (segundo o Caged);
- o percentual de mulheres que estava trabalhando foi de 45,8% no terceiro trimestre de 2020, o nível mais baixo desde 1990, quando a taxa ficou em 44,2% (segundo o Ipea);
- as atividades que geralmente são ocupadas por mulheres foram as mais afetadas na pandemia, serviços domésticos e comércio, por exemplo (segundo o IBGE);
- em alojamento e alimentação, categorias em que 58,3% dos profissionais são mulheres, a queda foi de 51% (segundo o Ipea);
- nas áreas de educação, saúde e serviços sociais a queda foi de 33,4% nos postos de trabalho, sendo as mulheres 76,4% desses profissionais (segundo o Ipea);

- 57% das mulheres que passaram a trabalhar remotamente disseram ter acumulado a maior parte dos cuidados domésticos (segundo o Datafolha);
- 50% das mulheres se responsabilizaram pelo cuidado de outra pessoa ou ofereceram algum tipo de apoio durante a pandemia de Covid-19, seja a um familiar (80,6%), a um amigo (24%) ou a um vizinho (11%) (segundo o Datafolha);
- entre as mulheres com filhos de até 10 anos, a parcela que estava trabalhando caiu de 58,2% para 50,4% (segundo o Ipea).

Painel 3 – Saúde

Mediadora: deputada Ana Paula Siqueira

A **deputada Ana Paula Siqueira** iniciou sua fala destacando a importância e a centralidade das políticas públicas relacionadas à saúde bem como a devida articulação do Sistema Único de Saúde – SUS. Mesmo reconhecendo que o Sistema ainda necessita de melhorias e haja dificuldades, além de existirem questões no enfrentamento da Covid-19 que extrapolam o escopo de atuação de seus profissionais (como a da vacinação), ressaltou ter sido ele que trouxe as respostas desde o início da pandemia. Nas palavras da parlamentar, no SUS está a possibilidade de acompanhamento da saúde da população. Ela também pontuou que as mulheres são mais impactadas pela pandemia do que os homens, pois são maioria entre os profissionais nos hospitais e unidades de saúde, em especial como enfermeiras e auxiliares de enfermagem e nas equipes de serviços gerais, bem como entre os cuidadores de pessoas idosas, as quais constituem um dos grandes grupos de risco. A parlamentar destacou, ainda, a necessidade da atenção integral à mulher, no cenário atual e no pós-pandêmico, pois estudos vêm demonstrando que as mulheres têm sido mais afetadas inclusive no tocante à saúde mental.

Zélia Maria Profeta da Luz, diretora do Instituto René Rachou, unidade da Fundação Oswaldo Cruz em Minas Gerais – Fiocruz Minas –, vinculada ao Ministério da Saúde.

Trouxe robusta apresentação com diversos dados muito abrangentes (coletados em várias fontes bastante referenciais), esclarecendo que todos eles são relevantes para análises com o recorte da saúde, relacionadas à pandemia ou não.

Inicialmente, disse do amplo trabalho realizado pelo complexo Fiocruz na área da biomedicina, por meio de suas unidades em dez estados brasileiros e no Distrito Federal, destacando sua missão: fortalecimento do

SUS e do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – SNCTI – para a promoção da saúde e da qualidade de vida e para a redução das iniquidades e desigualdades sociais no País.

Mostrou dados relativos à Covid-19, atualizados até os últimos dias: número de casos registrados em cada estado brasileiro (Minas Gerais ocupando a segunda posição, após São Paulo); mortes decorrentes da Covid-19, discriminadas por gênero e faixa etária (predominância acima dos 50 anos de idade); óbitos por Covid-19 no Estado, por municípios com maior incidência; série histórica (de meados de julho de 2020 a início de março de 2021) com mapas de calor do Brasil, mostrando a elevação das taxas de ocupação (em percentuais) de leitos em cada estado e agravamento da situação em fevereiro e março de 2021 (quase todos os estados na faixa crítica). Asseverou que muitas dessas mortes eram evitáveis.

Afirmou ser necessário cuidado na análise desses dados, pois, ao contrário do que muitos dizem, a pandemia não é democrática nem igualitária devido ao contexto brasileiro: sua dimensão continental e o grande contingente populacional; a crise social, econômica e política de grandes proporções pela qual passa o País; o alto e crescente índice de desempregados (13 milhões) e de pessoas em trabalho informal (mais de 39 milhões), além de vários segmentos em situação de vulnerabilidade e sem condição de seguir as medidas preconizadas para a prevenção da doença; o subfinanciamento crônico do SUS, agravado pela Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 2016, mas que permanece sendo o maior sistema público de saúde universal do mundo; o desmonte, sem precedentes, da indústria nacional, do setor de ciência, tecnologia e inovação e das áreas da educação e saúde. Nesse sentido, **Zélia Maria** apresentou mais dados, em diversos gráficos, os quais, resumidamente, traziam informações relativas a:

- pessoas residindo em domicílios com restrição de acesso à educação, à proteção social, a condições de moradia, à internet, a serviços de saneamento básico, ou pelo menos três dessas restrições, e com ausência de saneamento básico, por tipo de serviço, chamando a atenção para as enormes disparidades regionais e para os impactos desses aspectos na pandemia e na pós-pandemia;
- rendimento mensal domiciliar *per capita* médio, discriminado por raça ou cor, em série de 2012 a 2018, no qual se evidencia que pretos ou pardos têm metade da renda dos brancos, nesse período;
- população em situação de risco por comorbidades, em todos os estados, em percentuais e, a fim de falar sobre o retorno às aulas, dados relativos a adultos com certas comorbidades residentes em domicílios com pelo menos um menor (em Minas Gerais, esse índice é de 1,91%, representando cerca de 400 mil adultos nessa situação);
- dados sobre homicídios, por estados e diferentes abordagens temporais, detalhando sobre faixa etária de maior incidência (grande predominância de homens jovens, entre 15 e 29 anos), feminicídios (inclusive desagregados por raça – muito maior incidência sobre mulheres negras – e local de ocorrência – mais alta dentro de residências), sexo da vítima de violência contra a

população LGBTQI+ segundo orientação sexual (mulheres sofrem mais agressão dos que os homens) e crescimento da incidência de violência contra a mulher durante a pandemia;

- informações relacionadas ao trabalho e renda no País, que apontam para piores índices no caso das mulheres, inclusive agravados durante a pandemia, explicando como o impacto da informalidade laboral e da queda de rendimentos, no caso das mulheres, refletem diretamente na segurança e qualidade alimentares de toda a família;
- maior ocupação dos postos de trabalho no setor da saúde por mulheres, que são mais fortemente acometidas pela Covid-19 segundo informações do Conselho Federal de Enfermagem;
- impactos ainda mais deletérios da realidade pandêmica sobre os segmentos os quais denominou invisibilizados – como quilombolas, indígenas e pequenos produtores agrícolas.

Zélia Maria explicou que cada um dos números apresentados e analisados importam para a saúde, pois nela impactam, e de forma distinta se comparados mulheres e homens. Ressaltou que as mulheres, além de serem mais vitimizadas por atos de violência durante o confinamento, sofrem ainda com a sobrecarga e o acúmulo de trabalho formal (quando têm) e doméstico (aumentado), este sempre associado ao feminino, além de terem, agora, que acompanhar a educação formal dos filhos, tudo isso, muitas das vezes, culminando em sofrimento psicológico, conforme já comprovado por alguns estudos.

Ao final, mostrou alguns dados do Boletim Observatório Covid-19 relativos ao período de 21 de fevereiro a 6 de março de 2021, os quais revelam que o Brasil se encontra entre os países com piores indicadores: com menos de 3% da população mundial, o País registra 9,5% dos casos da doença e 10,3% dos óbitos por Covid-19. E associou esse quadro à forma equivocada como vem sendo conduzida a questão – além de todos os aspectos demográficos, sociais e econômicos que configuram as desigualdades – no País.

Zélia Maria concluiu que o Brasil atravessa uma crise não só sanitária, mas também humanitária, e as soluções serão de longo prazo, até porque há problemas históricos. Além da urgente adoção de medidas de supressão e bloqueio (as quais, afirma, deveriam ter sido tomadas desde o início) e do uso de máscaras em larga escala, considerou necessário tratar e enfrentar os efeitos dessa crise não de forma isolada e pontual, e sim por meio de uma abordagem que contemple intersecções de diferentes tipos e soluções inovadoras para o futuro. Citou, nesse sentido, a iniciativa Inteligência Coletiva, criada em abril passado, congregando a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da ALMG, o próprio Instituto René Rachou da Fiocruz e a Secretaria Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em Minas Gerais – SBPC-MG –, dentre outros, além de diversos colaboradores de instituições de ensino e pesquisa, visando construir saídas a partir da aplicação de CT&I a territórios e segmentos específicos. Disse, ainda, da premência do trabalho integrado entre vigilância e atenção em saúde, do investimento em trabalhos na área de CT&I e do fortalecimento do SUS e da necessidade de se romper com a atual política de seu subfinanciamento.

A **deputada Ana Paula Siqueira** avaliou ser evidente como os desafios são grandes, após a fala de **Zélia Maria**, em face da transversalidade e da robustez dos indicadores apresentados, os quais demonstram que as desigualdades sociais matam mais certas vidas, e não apenas na realidade pandêmica. Também criticou as tentativas de sucateamento e de desmonte do SUS e destacou os dados relativos à violência doméstica e familiar contra a mulher, já abordados na *live* de abertura do Sempre Vivas e no Painel 1. Mencionou já haver estudos demonstrando prejuízo no tratamento dos tipos de câncer que acometem as mulheres. Acrescentou que existe, hoje, uma crise também política, causando preocupação e até mesmo repulsa em diversas situações, na complexidade do contexto atual.

Lu Dandara, idealizadora da Aura de Luta.

Explicou que atualmente também trabalha com saúde mental e população de rua e ressaltou que não faria menção à fonte dos dados que apresentaria, porém assegurou serem confiáveis, sendo a maioria de sua exposição estruturada no trabalho da Aura de Luta.

Falou sobre a quantidade de mulheres na linha de frente do combate à pandemia de Covid-19 (cerca de 75%), atuando como enfermeiras, técnicas de enfermagem e assistentes sociais. Relatou que, entre as atendidas pela Aura da Luta, muitas delas enquadram-se no grupo de risco, porém não foram afastadas de seus trabalhos por serem contratadas. Enfatizou o grande problema relacionado à superlotação dos veículos do transporte público, cuja circulação teria sido reduzida desde a decretação do estado de calamidade a fim de satisfazer as demandas dos empresários do setor, porém a despeito da manutenção de sua larga utilização para o deslocamento até o trabalho, em especial por essas mulheres trabalhadoras. Acrescentou a isso o papel dessas mulheres no ambiente familiar, cujo cuidado extrapola os filhos e estende-se a todos no contexto doméstico, donde podem, por vezes, serem agentes de alto impacto na transmissão da Covid-19.

Ponderou que, mesmo sendo compreensível, o fato de o tratamento de várias enfermidades pelo sistema de saúde ter sido posto em segundo plano devido ao cenário da pandemia é delicado. Afinal, mesmo problemas aparentemente simples, como uma dor de dente, podem ter diversas outras implicações e correlações ligadas à saúde de uma pessoa. Além disso, segundo ela, 90% das mulheres em tratamento por câncer de mama reduziram a prática de atividades físicas e 58% tiveram sintomas de Covid-19, tudo isso constituindo situação merecedora de atenção. **Lu Dandara** apontou a falta de reconhecimento, inclusive por parte do cidadão, dos trabalhadores do SUS como outro problema, pois, a despeito das deficiências do Sistema, eles têm se empenhado para prestar o melhor atendimento possível.

Destacou certos aspectos decorrentes do cenário da Covid-19 que têm impactado na saúde mental das mulheres, para além dos efeitos da pandemia em si: aumento do número de casos de violência doméstica e

familiar, e em residências que, muitas das vezes, além de não oferecerem condições de proteção contra a contaminação pela Covid-19, sequer oferecem estrutura para a sua proteção física contra agressões (como em muitas periferias); em face do desemprego, da inexistência de ofertas de trabalho e da alta no custo dos alimentos, insuficiência de recursos para a garantia de segurança e de qualidade alimentar (pessoal e de toda a família); falta de acesso a equipamentos e à internet, impedindo a realização de cursos de qualificação e empreendedorismo; situação das mães-solo, que não têm como deixar suas crianças sozinhas em busca de oportunidades.

Isso tudo, segundo **Lu Dandara**, com os impactos dos ciclos hormonais femininos, desencadeia oscilações emocionais nas mulheres. Contudo, elas têm que manter o equilíbrio na condução de suas vidas e de seus lares, inclusive por terem tido que assumir a educação escolar de seus filhos, mesmo sem preparo para isso, a começar dos meios materiais necessários para educação a distância (desde computador e acesso à internet até celular devidamente habilitado e com contas em dia) e, em certos casos, sendo semianalfabetas. Contou que alguns grupos comunitários responsabilizaram certas mães, nessas situações, pela interrupção da educação escolar de seus filhos, elas e eles sendo expostos e havendo até mesmo ameaças de perderem vagas nas escolas públicas, por não terem acompanhado as atividades de ensino a distância em 2020.

De acordo com **Lu Dandara**, outro aspecto agravado pelo quadro da pandemia no caso das mulheres da periferia foi a restrição do convívio social e das atividades de lazer, já raras antes da calamidade pública mas ainda mais escassas com o isolamento, isso também implicando desgaste psicoemocional. Além disso, houve aumento no número de mulheres grávidas, fato associado à falta de acesso às unidades de saúde para a devida utilização de métodos contraceptivos. Pelo mesmo motivo de inacessibilidade à rede de atenção básica, devido à priorização do atendimento aos casos relacionados à pandemia, houve piora na saúde materna e na saúde infantil.

Todo esse cenário significa, na avaliação de **Lu Dandara**, que as mulheres periféricas têm sido esquecidas e muitas vezes violentadas no contexto pandêmico, e, em alguns casos, o resultado tem sido o consumo abusivo de álcool ou outras substâncias entorpecentes. Daí ser necessário pensar-se em meios de se garantir e proteger a saúde dessas mulheres.

A **deputada Ana Paula Siqueira** considerou ser muito importante a realidade e a vivência das mulheres periféricas, pois se trata de um modo de vida marcado por escassez e muitas dificuldades. Concordou com as ponderações feitas por **Lu Dandara** acerca do transporte público, classificando-o como a pior realidade em tempos de necessidade de distanciamento social, dada a superlotação e a falta de alternativas para a maioria dos trabalhadores. Reiterou que o sistema de saúde não tem conseguido atender a todas as demandas e asseverou que a saúde mental das mulheres precisa ser trabalhada agora e também no período pós-pandemia. Informou sobre dados de pesquisa recentemente realizada pelo Instituto de

Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG –, a qual aponta que as mulheres têm sido mais afetadas psicoemocionalmente pela pandemia, com sintomas de depressão, ansiedade e *stress*, inclusive as que moram sozinhas e não têm filhos. Ressaltou que algumas das entrevistadas estavam desempregadas, tinham histórico de doenças crônicas e tiveram contato com alguém que foi contaminado pela Covid-19. E, como resultado comportamental dos sintomas, dentre outros, têm sido verificados o abuso de álcool e outras drogas e hábitos alimentares ruins, os quais também impactam negativamente na saúde dessas mulheres. A parlamentar acrescentou, ainda, que há aumento da gravidez entre adolescentes, o que, segundo ela, trará diversos impactos socioeconômicos no futuro, e enfatizou, por fim, a relevância da história e da atuação, na atenção à saúde das mulheres, da Maternidade Odete Valadares.

Dehonara de Almeida Silveira, assistente social e funcionária do centro de terapia intensiva – CTI – da Maternidade Odete Valadares, diretora do Sindicato Único dos Trabalhadores da Saúde de Minas Gerais – Sind-Saúde/MG –, covereadora do mandato Coletiva na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Avaliou não ser possível discutir a saúde das mulheres sem pensar em seu lugar na sociedade: no lar, no ambiente doméstico, em seu papel de pacificadora. De acordo com ela, todas essas atribuições são fundamentais para o funcionamento social e implicam muito trabalho, porém trabalho sem nenhuma visibilidade, tampouco valorização. Todo esse cenário gera, segundo a expositora, sobrecarga física e psíquica para as mulheres, além dos casos de dupla jornada, na maioria dos casos em profissões de cuidado. Na sua percepção, esse cenário deve-se ao capitalismo, que transmite a ideia de que o tempo das mulheres é elástico, como se possível fosse darem conta de tudo.

Dehonara Silveira falou também sobre a cobrança, não obstante toda essa sobrecarga, de as mulheres estarem sempre bonitas, de deverem atender à vontade de seus companheiros e de terem seus corpos controlados pelos homens e pela sociedade. Todo esse quadro, segundo ela, gera adoecimento das mulheres, e isso já acontecia mesmo antes do contexto pandêmico, desencadeando, dentre outros, casos de agressões, distúrbios como anorexia, complicações decorrentes de cirurgias plásticas, gravidez indesejada e violência obstétrica (a qual incidiria sobre um quarto das parturientes brasileiras, segundo estudos).

Este último aspecto inclusive resultou no surgimento da política nacional de humanização do parto, a qual visa, dentre outros objetivos: oferecer às mulheres formas de parir menos interventivas, violentas e dolorosas; e diminuir o número de cesarianas desnecessárias, as quais respondem, de acordo com **Dehonara Silveira**, por 55% dos partos brasileiros, colocando o País em segundo lugar no mundo no *ranking* de cesáreas, e por 85% dos partos realizados em hospitais particulares, em atendimento à agenda dos obstetras. Nesse sentido, defendeu a abertura da Leonina Leonor, a qual seria a única maternidade na

região de Venda Nova e uma das poucas a oferecer parto humanizado e assistência neonatal em casos de complicações na rede pública, estando pronta para entrar em funcionamento e com investimentos já realizados da ordem de 10 milhões de reais; porém, estaria sendo desmontada pela gestão do prefeito de Belo Horizonte, que teria, em 2017, assumido o compromisso de inaugurá-la.

Dehonara Silveira mencionou dado alarmante: oito em cada dez mulheres grávidas ou puérperas mortas pela Covid-19 no mundo são brasileiras. E atribuiu isso à má ou nenhuma assistência que receberam, corroborando sua afirmação com índices: 15% das gestantes mortas sequer receberam ventilação mecânica, 28% não tiveram acesso ao CTI e 36% não chegaram a ser entubadas. Segundo a painelistas, também houve mais óbitos maternos desde a decretação do estado de calamidade pública, e dados da Maternidade Odete Valadares comprovam isso: em 2020, houve três óbitos maternos, sendo que não tinha havido nenhum no ano e meio anterior. Segundo ela, isso ocorreu porque houve mais demora na busca pelos serviços de saúde, as pacientes lá chegando com um quadro já agravado.

Além disso, ela aponta que, de modo geral, na pandemia houve piora no acesso à assistência à saúde para as mulheres, inclusive ao controle de pressão arterial, a métodos contraceptivos e a tratamentos e exames ginecológicos preventivos. Nesse sentido, chamou a atenção para a necessidade de levar em conta outros indicadores de saúde dentro do contexto pandêmico, para além das contaminações e óbitos por Covid-19. E alertou para os futuros impactos que as sequelas da contaminação pela Covid-19 terão no sistema de saúde, como um todo.

Assim como as outras expositoras, **Dehonara Silveira** falou acerca da importância do SUS no contexto pandêmico e também fora dele (inclusive na promoção da saúde e prevenção ao adoecimento), da dedicação e entrega de seus servidores e da presença majoritária das mulheres no atendimento aos infectados pela Covid-19 e em todas as atividades da área da saúde (por serem relacionadas ao cuidado, assim como a assistência social e a educação). Contudo, sua remuneração seria, em média, mais baixa que a de cargos ou funções ocupados predominantemente por homens. Exemplificou sua fala com a menção de certos dados sobre algumas faixas salariais: pelo menos 29 trabalhadoras da saúde recebendo menos que um salário mínimo; mais de 600 mulheres profissionais da saúde com salário-base inferior ao salário mínimo; salário inicial para servidoras de nível médio (auxiliar de enfermagem e setor administrativo) em torno de R\$1.000,00 por mês (em contraposição ao salário inicial para nível médio na Polícia Militar, em torno de R\$4.600,00 por mês). Nesse sentido, defendeu uma política salarial que valorize as mulheres e os profissionais da área da saúde (e também da educação), ao contrário do que estaria sendo feito pelo atual governo do Estado, citando, nesse diapasão, o reajuste recentemente concedido para servidores da segurança pública, de 13%, contrastado com nenhum reajuste para as outras categorias do funcionalismo estadual, sendo que a área da saúde está sem reajustes desde 2012.

Para mais, há, segundo a painelista, todo o impacto negativo causado pela reforma da previdência e outras alterações legais recentes que impactam, sobretudo, na responsabilidade social do Estado e na remuneração e nos direitos de todos os servidores públicos, os quais estão, em boa parcela e de diversas maneiras, expondo-se a riscos e empenhando-se no enfrentamento da pandemia de Covid-19, muitas das vezes lidando com uma demanda descomunal e sem os recursos necessários, ocasionando um desgaste profundo, em particular para os profissionais da área da saúde que são, majoritariamente, mulheres. Em face desse quadro, **Dehonara Silveira** clamou pela revisão dessas políticas que penalizam os servidores do Estado, de acordo com ela para privilegiar os setores financeiro e bancário e as grandes empresas privadas, inclusive em termos tributários, sendo fundamental a união de todos para que haja as mudanças necessárias, em especial nas políticas públicas de cunho social e na vida das mulheres.

A **deputada Ana Paula Siqueira** afirmou que o adoecimento desencadeado pela invisibilidade do trabalho doméstico e a violência obstétrica constituem tristes realidades e que os dados apresentados por **Dehonara Silveira** são preocupantes.

Para encerrar o painel, **Zélia Maria**, respondendo a pergunta encaminhada *online* sobre depressão antes e durante a pandemia, disse que a saúde mental, em especial distúrbios de depressão e ansiedade, são problemas mundiais identificados como do século XXI e que há grupos estudando os impactos da pandemia em transtornos mentais, a exemplo de um no Irã, descrevendo o exacerbamento de alguns quadros. Afirmou que o medo, ou os diversos medos desencadeados pela pandemia, geram distúrbios psicoemocionais, tais como comportamentos compulsivos (na alimentação e consumo de drogas), para além da depressão e da ansiedade, dispendo-se a fazer levantamento da literatura sobre o tema.

Painel 4 – Educação

Mediadora: deputada Beatriz Cerqueira

A **deputada Beatriz Cerqueira** apresentou as palestrantes, o tema do painel, que se relaciona à luta das mulheres na educação no contexto da pandemia, e explicou seu papel de mediadora no debate, em um lugar principalmente de escuta.

Valéria Morato, professora, presidente do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – Sinpro Minas – e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB.

Pontuou que por ser presidente do Sinpro pode tecer com mais propriedade declarações acerca da situação das profissionais das instituições privadas do Estado. Relatou que as professoras, mais do que os professores, desdobraram-se para manter o vínculo com os alunos nos tempos da pandemia. “Da noite

para o dia”, as professoras passaram a ser *youtubers* e tiveram que aprender a manusear todo o aparato tecnológico que essa atividade impõe, sem nenhum tipo de treinamento inicial por parte das escolas particulares e nem mesmo apoio para aquisição de computadores adequados ou internet de alta velocidade. Segundo ela, essa aquisição do aparato tecnológico a cargo das professoras afetou sobremaneira seus orçamentos familiares, que, em vários casos, contam unicamente com a renda dessas profissionais, já que muitas são arrimos financeiros de suas famílias.

Valéria Morato relatou ter recebido inúmeros depoimentos de professoras que foram obrigadas a gravar as aulas durante a madrugada, pois, durante o dia, não puderam realizar gravações porque seus filhos demandaram atenção e cuidado. Esses fatos, somados à sobrecarga enfrentada por muitas professoras já antes da pandemia, por cumulem a atividade profissional com os afazeres domésticos, acarretaram o adoecimento de muitas profissionais. Mostrou sua indignação sobre a opinião difundida em alguns setores da sociedade de que as professoras não desejam voltar ao ensino presencial, haja vista que, conforme explanado, elas são as profissionais mais prejudicadas com o ensino remoto e, em verdade, estão ávidas para retornar ao ambiente escolar, desde que haja segurança.

Narrou situação vivida por uma professora no Município de Uberlândia. Recentemente, o citado município retornou para a modalidade presencial de ensino e essa profissional, que residia com a mãe idosa, acabou levando o coronavírus para casa e sua mãe veio a falecer. Ressaltou que, mesmo com todas essas dificuldades, as professoras encerraram o ano letivo de 2020 e iniciaram o de 2021 sem grandes prejuízos para os alunos. Por fim, relatou uma série de ataques misóginos que recebeu pelas redes sociais, tanto pessoal quanto do Sinpro, que exigiam o retorno imediato das profissionais ao ambiente escolar.

Denise de Paula Romano, professora dos primeiros anos do ensino fundamental, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sindi-Ute/MG – e membro da diretoria da Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais – CUT-MG.

Concordou com a fala da palestrante anterior acerca das dificuldades enfrentadas pelas professoras ao transformarem o ambiente doméstico em sala de aula. Além disso, trouxe dados importantes acerca do baixo investimento do governo do Estado em educação nos últimos anos. Segundo ela, Minas Gerais deixou de investir, em 2020, 2 bilhões de reais na política de educação. Pontuou que essa redução não é exclusiva do ano da pandemia, sendo, em verdade, uma prática recorrente do governo do Estado nos últimos anos.

Denise Romano também fez considerações acerca dos alunos que não receberam nenhum tipo de apoio público nessa troca de ambiente escolar. Citando pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, afirmou que 40% da população do Estado não tem acesso satisfatório à internet, ressaltando que possuir um aparelho celular não garante acesso às aulas remotas, pois, para tanto, outros aspectos devem

estar presentes, como capacidade de *download* de dados e estabilidade da conexão. Segundo a palestrante, essas variáveis afetam a qualidade da conexão e, por consequência, a possibilidade do aluno conseguir efetivamente assistir ao conteúdo ministrado.

Pontuou, ainda, que o Regime de Atividades Não Presenciais – Reamp –, adotado pelo governo do Estado, foi implantado de maneira abrupta e sem qualquer tipo de treinamento para os professores. A palestrante denunciou que o governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Educação – SEE –, exerce uma pressão absurda sobre as professoras, exigindo metas e disponibilização de conteúdo. Frisou que as tentativas de retorno das aulas presenciais em todo o Brasil mostraram-se prejudiciais, pois contribuíram para o aumento do número de contaminados e mortos pelo coronavírus.

A **deputada Beatriz Cerqueira** abordou a relação existente entre a pandemia e a piora da saúde mental das professoras citando dados da Plataforma de Apoio Psicológico para Profissionais da Educação (<https://www.apoiopsicoeducacao.bonde.org/>), datados do fim de 2020, que apontam que 90% dos atendimentos psicológicos prestados no contexto da pandemia foram para profissionais do sexo feminino. Segundo a parlamentar, dessas professoras, a maioria é negra, profissional do ensino fundamental e moradora de regiões periféricas. Diante disso, ressaltou que esse cenário representa um desafio que merece ampla discussão nas casas legislativas do Estado para que soluções para os problemas possam ser encontradas.

Macaé Evaristo, assistente social, mestra em Educação, vereadora de Belo Horizonte, ex-secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação e Cultura – MEC –, ex-secretária de Educação de Belo Horizonte e de Minas Gerais.

Apresentou dados alarmantes do dia do evento: foram registradas 2.207 mortes em 24 horas; mais de 273 mil óbitos no total; e três das cinco regiões do País já estavam com os seus sistemas de saúde em colapso. Criticou o governo federal, que se mostra negacionista em relação à ciência, especialmente no tocante ao uso de máscaras e estímulo à vacinação. E lamentou o alinhamento do atual governo do Estado com esse pensamento. **Macaé Evaristo** concordou com as observações expostas pelas demais palestrantes acerca das condições de trabalho das professoras. Defendeu a disponibilização de acesso à internet a todos os estudantes e profissionais da educação. Conclamou que devem ser observadas, por todos os entes da federação, as diretrizes das autoridades sanitárias para a decisão de retorno às aulas presenciais e que os profissionais da educação precisam ser incluídos como grupo prioritário nos planos de vacinação.

Inozangela Silva Miranda, professora e presidenta da Associação do Quilombo Barra Santo Antônio, no Município de Sabinópolis.

Teceu declarações semelhantes às proferidas pelas palestrantes anteriores acerca da falta de ambiente tecnológico das professoras e alunos, enfatizando que a dificuldade aumenta nas zonas rurais do Estado, que, em localidades específicas, nem mesmo possuem energia elétrica. Ressaltou, assim, a dificuldade de um aluno cumprir a carga horária sem acesso à internet e sem condições básicas para estudar, como alimentação.

Célia Xakriabá, professora, assessora parlamentar da deputada federal Áurea Carolina, mestre em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília – UnB – e doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Devido a problemas de conexão com a internet e impossibilidade de participação ao vivo, foi exibido um vídeo com depoimento gravado por **Célia Xakriabá**, no qual ela expôs a difícil realidade enfrentada nas escolas indígenas, que, em sua maioria, não contam com acesso à internet.

Sobre o vídeo, a **deputada Andréia de Jesus** pontuou como o evento Sempre Vivas estava sendo rico em demonstrar os “vários espaços de mulheres que vêm de diversas linguagens”.

A **deputada Ana Paula Siqueira** dissertou sobre a incapacidade de todo o sistema educacional do Brasil conseguir, neste ano da pandemia, se organizar ou se reinventar minimamente para atender aos alunos. Segundo a deputada, o sistema remoto disponibilizado é precário e, pelas características sociais de acesso à internet, não consegue chegar a todos. Concluiu que é necessário muito debate para que soluções possam surgir e essa exclusão digital possa ser superada.

Iza Lourença, vereadora eleita com 7.771 votos e membro da Comissão de Mulheres da Câmara Municipal de Belo Horizonte, mãe da Ana e bilheteira do metrô.

Tentou, por diversas oportunidades, fazer uso da palavra. Contudo, também devido a problemas de conexão com a internet, sua exposição ficou prejudicada. Nos momentos em que a conexão permaneceu estável, **Iza Lourença** pontuou acerca do prejuízo provocado pela pandemia nos cursinhos populares, pois, nesses espaços, nem mesmo foi adotado o ensino remoto, prejudicando os jovens que frequentavam esses cursos preparatórios, os quais, em sua maioria, são carentes.

A **deputada Beatriz Cerqueira** finalizou o painel ressaltando os graves números alcançados pela pandemia no Estado e a necessidade de mais escuta dessas mulheres pelo poder público na temática da educação, pois, em números absolutos, constituem maioria da força de trabalho do setor.

III – Sugestões de encaminhamentos decorrentes do seminário virtual

Audiências públicas ou com convidados, realizadas pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, com a possibilidade de serem conjuntas ou terem como convidadas outras comissões temáticas, para debater:

- o enfrentamento da violência doméstica e familiar e o crescente aumento das taxas de feminicídios durante o isolamento social em decorrência da pandemia de Covid-19;
- a promoção do trabalho, emprego e renda para as mulheres, inclusive no que se refere às alternativas viáveis à facilitação do acesso a linhas de crédito para a produção feminina nos meios urbano e rural;
- a regulamentação do banco de empregos para mulheres vítimas de violência, cuja criação foi prevista na Lei nº 23.680, de 2020;
- a saúde das mulheres, os transtornos psicoemocionais e o agravamento dessas condições no contexto pandêmico e pós-pandêmico;
- violência obstétrica, parto humanizado, saúde sexual e reprodutiva, saúde infantil e o agravamento dessas condições no contexto pandêmico e pós-pandêmico.

Requerimento com pedido de informações aos titulares das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – e de Desenvolvimento Econômico – Sede – sobre quais ações, programas ou projetos existentes em Minas Gerais têm por foco a promoção do trabalho, emprego e renda de mulheres, prestando-se ainda esclarecimentos sobre as respectivas previsão e execução orçamentárias.

Requerimentos com pedidos de providências aos seguintes órgãos e instituições:

Secretaria de Estado de Saúde – SES –, solicitando:

- a intensificação e o reforço das ações, iniciativas, parcerias e políticas públicas destinadas à melhoria da condição das mulheres trabalhadoras da saúde;

- a inclusão da categoria dos professores como grupo prioritário no calendário de vacinação;
- o desenvolvimento de ações e políticas públicas destinadas especificamente ao enfrentamento dos transtornos psicoemocionais das mulheres em decorrência da pandemia, bem como do uso abusivo de álcool e outras drogas entre mulheres durante a pandemia da Covid-19;
- a priorização das políticas e ações destinadas à saúde sexual e reprodutiva das mulheres, incluindo amplo acesso a métodos contraceptivos e a tratamentos e exames ginecológicos preventivos e a defesa do parto humanizado, bem como campanhas sobre esses temas e sua relação com a autonomia e os direitos das mulheres;
- a realização e ampla divulgação de campanha destinada à conscientização da população quanto à gravidade da pandemia de Covid-19, incluindo o número de pessoas mortas no País e no Estado, sequelas decorrentes da doença, reforço sobre as medidas de prevenção (em especial, uso de máscaras, higienização das mãos com sabão ou álcool em gel e distanciamento social) e orientações básicas sobre situações específicas (a exemplo do uso de transporte coletivo e restrição de acesso a serviços essenciais de saneamento básico).

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, solicitando:

- intervenções específicas com o propósito de garantir o direito humano à alimentação adequada enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, em especial para as famílias de baixa renda e monoparentais;
- a criação de ações, iniciativas, parcerias e políticas públicas, em conjunto com outras secretarias, destinadas à população transexual;
- o incremento das ações de capacitação de mulheres, especialmente de baixa renda, visando aumentar suas chances de empregabilidade e acesso ao trabalho formal, bem como potencializar as atividades de produção e serviços nos meios rural e urbano e qualificar o empreendedorismo e a gestão de negócios, considerando-se a organização e as demandas dos respectivos territórios, com foco na geração de renda e na autonomia financeira;
- a realização e ampla divulgação de ações e campanhas destinadas à devida valorização do trabalho doméstico e à necessidade de que ele seja compartilhado por toda a família, em vez de ser realizado majoritariamente pela mulher, com destaque ainda maior para essa questão no contexto de isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19.

Secretaria de Estado de Educação – SEE –, solicitando:

- a intensificação e o reforço das ações, iniciativas, parcerias e políticas públicas destinadas à melhoria da condição das mulheres trabalhadoras da educação;
- a garantia de acesso efetivo ao sistema de ensino remoto para os alunos da rede pública estadual, considerando, dentre outros aspectos, a falta de ferramentas tecnológicas e internet e a realidade social, parental e educacional de muitos núcleos familiares, em especial nas periferias urbanas e na área rural;
- que o retorno às aulas presenciais seja decidido observando os critérios científicos, possibilitando a segurança tanto dos alunos quanto dos profissionais da educação.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede –, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor –, solicitando, no âmbito de suas respectivas competências e em atuação conjunta com a União e as administrações municipais mineiras, o incremento de ações, investimentos e políticas públicas destinadas à ampliação e universalização dos serviços essenciais de saneamento básico (coleta direta ou indireta de lixo, abastecimento de água por rede global e esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial).

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, solicitando o aumento do número e da frequência dos veículos que realizam o transporte coletivo metropolitano na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo em vista o grande número de usuários dos mesmos, o impacto de sua lotação na transmissibilidade do coronavírus, causador da Covid-19, e a gravidade desse fato no atual cenário.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese –, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejust –, Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais e Chefia da Polícia Civil de Minas Gerais, solicitando a realização e a ampla divulgação de ações, políticas públicas e campanhas destinadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar e do feminicídio, considerando-se a maior incidência desses crimes na situação de isolamento social decorrente da pandemia da Covid-19.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG –, solicitando ampla divulgação, aos demais órgãos do sistema de Justiça, das recomendações exaradas pelo TJMG em razão da pandemia.

Defensoria Pública do Estado, solicitando a criação de Defensorias Públicas e/ou Defensorias Especializadas na Defesa dos Direitos da Mulher em Situação de Violência – Nudems – em mais municípios do Estado, de forma a ampliar o acesso aos seus serviços.

Ministério da Justiça e Segurança Pública, solicitando a implementação do Protocolo Nacional de Investigação sobre Femicídio e sua ampla divulgação.

Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Granbel –, solicitando envidar esforços junto às prefeituras dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH – para que atuem em parceria de modo a promover o aumento do número e da frequência dos veículos que realizam o transporte coletivo na RMBH, tendo em vista o grande número de usuários dos mesmos, o impacto de sua lotação na transmissibilidade do coronavírus, causador da Covid-19, e a gravidade desse fato no atual cenário.

Prefeitura de Belo Horizonte e Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, solicitando a abertura da Maternidade Leonina Leonor, para que seja posta em pleno funcionamento, conforme seu projeto e propostas iniciais, recursos já investidos e estrutura já implementada.

Prefeitura de Belo Horizonte e Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans –, solicitando o aumento do número e da frequência dos veículos que realizam o transporte coletivo em Belo Horizonte, tendo em vista o grande número de usuários dos mesmos, o impacto de sua lotação na transmissibilidade do coronavírus, causador da Covid-19, e a gravidade desse fato no atual cenário.